

CONTRATO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA PARA O ANO 2016/2017

OFICIAL PÚBLICO: António José da Silva Fernandes, chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social, conforme despacho emitido ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Entre:

PRIMEIRO: O Município de Armamar, NIPC 506843190, neste ato representado pelo presidente da câmara municipal, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, casado, natural da freguesia e município de Armamar, onde reside, cujos poderes para outorgar o presente contrato lhe são conferidos pelo disposto no artigo 35.º, n.º 2, alínea f) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **1.º Contratante**, e

SEGUNDO: Transdev Interior, S.A, NIPC 500148775 com sede na Estrada Nacional N.º 2 – 3600-194 Castro Daire, representada neste ato pelo gerente João Paulo Crava Mendes de Araújo, titular do cartão cidadão n.º 07640175, com residência profissional na Estrada Nacional N.º 2 – 3600-194 Castro Daire (qualidade e suficiência de poderes verificada na certidão permanente com o código de acesso **5644-6653-7102**), doravante designado por **2.º Contratante**,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato, o qual se rege pelas seguintes cláusulas, e perante omissões ou dúvidas aplicar-se-ão as normas do caderno de encargos, proposta adjudicada e, na parte não especialmente prevista, o Código dos Contratos Públicos (e legislação subsidiária).

Cláusula 1.ª (Disposições gerais)

1. O 1.º Contratante adjudicou ao **2.º Contratante**, aquisição de serviços para o transporte escolar em carreira pública para o ano 2016/2017, através de ajuste direto, por despacho exarado na informação n.º 751DADSI6 em 13OUT2016.

2. A minuta do contrato foi aprovada por despacho exarado na informação n.º 751DADS16 em 13OUT2016.

Cláusula 2.^a
(Objeto do contrato)

O presente contrato tem por objetivo aquisição de serviços para o transporte escolar em carreira pública para o ano 2016/2017.

Cláusula 3.^a
(Preço contratual)

1. O preço contratual resultante da proposta adjudicada é de 84.162,00 EUR a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor.
2. A quantia referida no n.º 1, encontra-se satisfeita por conta da dotação orçamental, inscrita na classificação económica 0112-020210 -Gestão de Educação (Passes Escolares), ação 04/A/2016, do orçamento em curso.
3. A quantia a que se refere o n.º 1 está assegurada pelo compromisso n.º 1138, registado em 18OUT2016.
4. O 1.º **Contratante** pagará ao 2.º **Contratante** as quantias devidas no prazo máximo de 60 dias após receção pelo 1.º Contratante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 4.^a
(Vigência do contrato)

A vigência do presente contrato tem a duração de 365 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.^a
(Caução)

Não é exigível a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 6.^a
(Fiscalização)

1. O 1.º Contratante reserva-se o direito de fiscalizar os serviços prestados pelo adjudicatário, decidindo sobre a aceitação dos mesmos.

2. Caberá à Competência Organizacional (CO) Gerir Serviços de Transporte Coletivo, a gestão do projeto, designadamente a execução deste contrato.

Cláusula 7.^a
(Resolução contratual)

1. O presente contrato pode ser resolvido por qualquer das partes desde com um pré-aviso de trinta dias.
2. O presente contrato pode ainda ser resolvido, nos termos gerais do Direito, sem necessidade de aviso prévio, em caso de incumprimento por qualquer das partes de qualquer das obrigações ora assumidas, sem prejuízo da correspondente indemnização legal, se a ela houver lugar.

Cláusula 8.^a
(Arbitragem e foro competente)

1. Em caso de desacordo ou litígio relativamente à interpretação ou execução deste contrato, as partes diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.
2. No caso de não ser possível uma solução negociada e amigável nos termos previstos no número anterior, cada uma das partes poderá, a todo o momento recorrer à arbitragem, nos termos dos números seguintes.
3. A arbitragem será realizada por um tribunal constituído nos termos desta cláusula e de acordo com o estipulado na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.
4. O tribunal arbitral será composto por um só árbitro nomeado pelas partes. Na falta de acordo quanto à nomeação desse árbitro o tribunal arbitral será então composto por três árbitros, dos quais um será nomeado pelo **1.º Contratante**, e outro pelo **2.º Contratante** e o terceiro, que exercerá funções de presidente do tribunal, será cooptado por aqueles. Na falta de acordo o terceiro árbitro será nomeado pelo presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.
5. O tribunal arbitral funcionará na cidade do Porto, em local a escolher pelo árbitro único ou pelo presidente do tribunal, conforme o caso.

Cláusula 9.^a
(Disposições finais)

1. O presente contrato, foi celebrado em Armamar, em 27OUT2016, tendo o **2.º Contratante** tomado conhecimento pormenorizado de todas as condições e cláusulas mencionadas, bem como as constantes de todos os

elementos que instruem, aceita o presente contrato em nome da firma que representa, respondendo pelo seu cumprimento os bens dela.

2. O presente contrato vai ser assinado digitalmente pelos seus intervenientes, sendo utilizado para isso, certificados de assinaturas eletrónicas qualificadas.

O 1.º Contratante:

O 2.º Contratante:

O Oficial Público: